

## ***A igreja católica no século XX redefine seus rumos: o contexto da criação do SPM (Serviço Pastoral dos Migrantes)***

Paulo César Cedran<sup>1</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v10i28.32098>

**Resumo:** Este artigo tem por finalidade analisar o pensamento social da Igreja Católica a partir da metade do século XX. E tem como objetivo citar as relações entre o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como o exemplo de uma série de mudanças que ocorreram na sociedade civil e no seio da própria Igreja Católica enquanto instituição que culminaram na criação do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) que até hoje mantém-se ativo no auxílio aos que buscam refúgio no Brasil. Centramos nossa análise no período de transição política do país para a chamada Nova República. Desta forma, utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica que fundamentou a contextualização do cenário político e social da Igreja e as perspectivas de trabalho de ação pastoral que culminaram na criação do SPM. Encerramos nossa análise apresentando os desafios enfrentados pela ala progressista que passou a perder espaço a partir do avanço neoconservador – Igreja Católica fechada em si não preocupada diretamente com os problemas do mundo, considerando o pecado como individual e não social. Comandado pelo Papa João Paulo II que fortaleceu a figura do seu papel político em detrimento da comunhão do colégio universal dos bispos centralizando as decisões em Roma e desarticulando o trabalho das Conferências Episcopais Latino Americana fundamentada na teologia da libertação que pregava que a Igreja Católica devia ocupar um espaço político na vida social e nas questões relativas aos direitos humanos, tais como o serviço de apoio aos migrantes analisado nesse artigo.

**Palavras-chave:** Igreja no Brasil; Transição Política; Serviço de Pastoral dos Migrantes.

<sup>1</sup> possui graduação em Ciências Sociais [Licenciatura Plena] pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (1990), graduação em Pedagogia [Licenciatura Plena] pela Faculdade de Educação Antonio Augusto Reis Neves (1993), graduação em História [Licenciatura Plena] pelo Centro Universitário Barão de Mauá (1999), graduação em Ciências Sociais [Bacharelado] pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (1992), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (2004). Atualmente é professor do Centro Universitário Moura Lacerda, Professor do Instituto Educacional do Estado de S.P. (UNIESP - Taquaritinga). E-mail: pcedran@ig.com.br

## **The Catholic Church in the twentieth century redefines its course: the context of the creation of the SPM (Service Pastoral Care of Migrants)**

**Abstract:** This article aims to analyze the social thought of the Catholic Church from the mid-twentieth century. And aims to cite the relationship between the emergence of the Basic Ecclesial Communities (BECs), as the example of a series of changes that have occurred in civil society and within the Catholic Church itself as an institution that culminated in the creation of the Pastoral Care of Migrants Service (SPM) that even today keeps active in helping those who seek refuge in Brazil. We focus our analysis on the period of political transition of the country of the so-called New Republic. Thus, we used as methodology the literature review that justified the context of the political and social landscape of the Church and the pastoral action of job prospects that culminated in the creation of SPM. We ended our analysis presenting the challenges faced by the progressive wing that went on to lose space from neoconservative advance - Catholic Church closed itself not concerned directly with the world's problems, considering sin as an individual and not social. Commanded by Pope John Paul II strengthened the figure of his political role to the detriment of the communion of the universal college of bishops centralizing decisions in Rome and disrupting the work of Episcopal Conferences Latin American based in liberation theology that preached that the Catholic Church should take a political space in society and the issues of human rights, such as the service support to migrants analyzed in this article.

**Keywords:** Church in Brazil; Political Transition; Pastoral Service for Migrants.

## **La Iglesia Católica en el siglo XX redefine sus rumbos: el contexto de la creación del SPM (Servicio Pastoral para los Migrantes)**

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar el pensamiento social de la Iglesia Católica desde la mitad del siglo XX. Y tiene como objetivo citar las relaciones entre el surgimiento de las Comunidades Eclesiales de Base (CEBs), como ejemplo de una serie de cambios que se han producido en la sociedad civil y en el seno de la propia Iglesia Católica en cuanto institución que culminó con la creación del Servicio Pastoral para los Migrantes (SPM) que hasta hoy se mantiene activo para ayudar a los que buscan refugio en Brasil. Centramos nuestro análisis en el período de transición política del país para la llamada Nueva República. De este modo, utilizamos como metodología la revisión bibliográfica que fundamentó la contextualización del escenario político y social de la Iglesia, y las perspectivas de trabajo de acción pastoral que culminaron con la creación del SPM. Terminamos nuestro análisis presentando los desafíos enfrentados por el ala progresista que llegó a perder espacio a partir del avance neoconservador - Iglesia Católica cerrada en sí misma no preocupada directamente con los problemas del mundo, considerando el pecado como algo individual y no social. Comandada por el Papa Juan Pablo II que fortaleció la figura de su papel político en perjuicio de la comunión del colegio universal de obispos centralizando las decisiones en Roma y desarticulando el trabajo de las Conferencias Episcopales de América Latina basada en la teología de la liberación que predicaba que la Iglesia Católica debía ocupar un espacio

político en la vida social y en las cuestiones relativas a los derechos humanos, tales como el servicio de apoyo a los migrantes analizados en este artículo.

**Palabras clave:** La Iglesia en Brasil; La Transición Política; El Servicio Pastoral para los Migrantes.

*Recebido em 30/05/2016- Aprovado em 12/11/2017*

A Campanha da Fraternidade de 1980, seguindo uma agenda social onde os problemas do país foram o seu suporte, apresentou o tema "Fraternidade no mundo das migrações, exigência da Eucaristia, cujo lema "Para Onde Vais?" lançou a questão da migração na pauta do dia.

Pela primeira vez, procurava-se discutir em nível nacional, um problema que afligia milhões de trabalhadores brasileiros – a migração.

Por muitos anos, o ato de migrar passou despercebido e fora tido como algo natural, inerente aos objetivos, aos anseios do homem, de sempre procurar mudar em busca de melhores condições de sobrevivência. Mas os problemas foram aflorando exatamente a partir do momento em que o capitalismo brasileiro alcança os campos, a lavoura, o setor agro do país, instaurando uma nova forma de exploração capitalista, por meio do chamado Complexo Agroindustrial. Paralelo a este movimento do campo temos o crescimento desordenado do setor urbano, gerando aí, outro pólo de atração migratória.

Nesse sentido, diante das inúmeras formas de migração, a chamada migração sazonal, nos chamou mais atenção e não foi só. Ela nos chamou atenção, principalmente, pela peculiaridade dessa forma de migrar. Enquanto muitos migravam em definitivo para a região sudeste do país, no caso a migração nordestina, temos na migração sazonal uma temporalidade determinada pelo ritmo da produção agrícola nas mais diversas regiões do país.

Essa temporalidade, sinal de ausência de raízes, transformou-se em sinal de resistência, persistência destes migrantes sazonais que teimam em buscar uma vida melhor no seu local de origem.

É esta percepção que levou um grupo de padres, irmãs, leigos a fundarem, inspirada nesta Campanha da Fraternidade de 1980, um organismo específico para tratar da questão migratória – o SPM.

O Serviço de Pastoral dos Migrantes, fundado oficialmente em 1986, passou a desempenhar aparentemente uma função meramente religiosa. Digo aparentemente porque na verdade foi o seu caráter sócio-político que se destacou.

Tentar compreender as origens desse trabalho, demandou da parte de nós, primeiramente, um empenho em reconstruirmos o percurso histórico que levou a Igreja a passar das preocupações exclusivamente celestiais para as preocupações terrenas.

Identificamos no Concílio Vaticano II, as raízes de toda esta transformação e também a sua influência em toda a Igreja do Brasil, através de seus desdobramentos dentro da chamada ação social da Igreja.

Ao estudarmos o trabalho do SPM junto aos migrantes sazonais na cidade de Dobrada, em alojamentos das usinas, nas pensões, nos barracos, onde estes migrantes vivem, penetramos num outro aspecto fundamental para compreendermos o porquê desse trabalho do SPM, nesta cidade em específico, dentro do estado de São Paulo. Se atentarmos para esta questão, veremos que Dobrada inscreve-se numa região maior, denominado de "Califórnia Brasileira", onde o Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro é predominante na Região de Ribeirão Preto e mais dentro desta região, Dobrada aparece como uma das cidades de maior intensidade de atração migratória.

A fundação da CPT, cujo cargo de Secretário Estadual, foi ocupado pelo Pe. Bragheto e, principalmente, sua percepção em buscar na Congregação Carlista o apoio para um futuro trabalho junto aos migrantes que estavam começando a trabalhar na região, impulsionaram-nos nesta reconstituição.

A saída do Pe. Bragheto, a vinda das irmãs carlistas e, posteriormente, dos padres ocorreriam quase que simultaneamente à fundação do SPM. Através de uma análise de suas Assembléias Nacionais Gerais, das atas destas Assembléias e do Livro Tombo da Paróquia de São Francisco de Paula de Dobrada, procuramos reconhecer de que forma esse trabalho junto aos migrantes aconteceu e se articulou a toda uma linha teórico-metodológica de trabalho desenvolvida pelo SPM.

O objetivo deste trabalho é, portanto, narrar a constituição do SPM no âmbito eclesial e sua influência no trabalho desenvolvido pelos padres e irmãs, seus agentes religiosos e leigos junto à cidade de Dobrada. Com isso procuramos contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho com os migrantes sazonais, que buscam mais dignidade, respeito, enfim, os direitos básicos dos cidadãos que passaram a fazer parte do ideário do migrante, pela inquestionável interferência do SPM.

### ***A transição política – do Regime Militar à Nova República***

A partir do Governo do General João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), as pressões para que se iniciasse um processo de abertura ampla<sup>2</sup> ganhou o apoio

---

<sup>2</sup> Anteriormente, no Governo de Ernesto Geisel (1974-1979), acenou-se com um processo de abertura, que recebeu o nome de distensão política. Para um aprofundamento da questão, ver Skidmore, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e também *Folha de S. Paulo*. Geisel-80 anos. "Geisel faz

de várias instituições da sociedade civil, principalmente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Como demonstra Kenneth Serbin<sup>3</sup> a Igreja que apoiou o Golpe Militar passa a viver uma tensão no diálogo com os presidentes do Regime Militar cujo o auge foi no ano de 1968, mas ao mesmo tempo junto com a Ordem dos Advogados do Brasil, com o objetivo de implementar a transição pacífica, utiliza como estratégia defendida amplamente pelo General Golbery do Couto e Silva, Chefe da Casa Civil do Governo Figueiredo e considerado o principal estrategista do regime (GASPARI, 2003).

O processo de abertura iniciou-se com a chamada Reforma Partidária projetada pelo governo do General Geisel, mas que é realizada em seguida pelo Governo Figueiredo.

Dessa forma, o bipartidarismo fez com que se dissolvessem os partidos até então existentes e fossem criados os partidos ARENA (Aliança Nacional Renovadora), de apoio ao governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) de oposição ao governo, que havia sido instaurado pelo Ato Institucional nº 02, de 27 de outubro de 1965. Esse bipartidarismo foi revogado pelo presidente Figueiredo em meados de 1982, fato que, aparentemente, atendia a um anseio da sociedade, restabelecendo o pluripartidarismo permitindo o surgimento de novos partidos. Na verdade, essa reforma está relacionada às acachapantes derrotas que a ARENA (partido da situação) sofreu nas eleições estaduais de 1982, cujas regras foram estabelecidas pelo regime militar através do chamado Pacote de Abril (14/4/1977). Dessa forma, demonstrou o esgotamento dessa política, pela consagração da vitória oposicionista nas eleições de 1982 que já no governo Figueiredo, a oposição elegeu a maioria dos deputados federais e consagrou a vitória dos governadores nos estados mais populosos e desenvolvidos do país.

A outra fase da reforma constituiu-se pela implantação do projeto de anistia política aos exilados políticos e a todos os perseguidos pelo regime militar. Sob o lema de se buscar uma anistia ampla, geral e irrestrita, ou seja, incondicional, o governo tinha por interesse encobrir todas as formas de tortura e perseguições que foram amplamente divulgadas pela Igreja, por meio da Comissão de Justiça e Paz, e

---

autocrítica sobre duração do Movimento de 64". 2 ago. 1987, 1º Caderno - Política, p. A-6 e A-8, jornalista Roberto Lopes.

<sup>3</sup> É interessante observar que o diálogo Igreja/Estado no período militar ensaiou algum progresso já na década de 70, fato este que veio à tona a partir de pesquisas desenvolvidas por Kenneth P. Serbin, um brasileiro que se doutorou pela Universidade da Califórnia, com uma tese sobre a formação do clero brasileiro no período colonial e sua história até os nossos dias. Para uma visão mais detalhada do trabalho, ver *O Estado de S. Paulo*. "O Diálogo Secreto de Bispos e Generais nos Anos da Repressão", 3 mar. 1996, Caderno Extra. p. X1-4.

pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), órgão que reúne mais de trezentas igrejas cristãs em mais de cem países.

E, ao serem publicadas, em 1984<sup>4</sup>, demonstraram a face obscura do regime militar, e também proporcionaram elementos para que se repensasse o processo de anistia e a provável farsa a que este estaria atrelado.

Outro objetivo do governo militar era fazer com que, a partir da anistia, velhos políticos, como Leonel Brizola, retornassem ao país e se colocassem como opositores às lideranças contra-governamentais, principalmente os políticos do MDB e o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, que, em 1978, liderou as greves que emergiram no mês de maio, na região do ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema), onde estão localizadas as principais indústrias do Estado de São Paulo, exigindo melhores salários e condições de trabalho (CASTRO, 1985).

Mas a Reforma Partidária, concebida para dividir a oposição, não surtiu o efeito desejado e, no ano de 1981, o governo baixou o Pacote de Novembro, obrigando todos os partidos a lançar candidatos próprios a todos os cargos (Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados, Senado e Governo de Estado). Determinou, também, a vinculação total de votos, ou seja, o eleitor tinha que votar apenas em candidatos do mesmo partido, ainda que fossem cargos diferentes, proibindo também as coligações de partidos.

Diante dessa situação, o PP (Partido Popular), de Tancredo Neves, decidiu pela incorporação de seu partido ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e conseguiu eleger governadores dos estados mais ricos do Brasil, a começar por São Paulo. Quanto ao PDS (Partido Democrático Social), na época agora atual partido governista, tornou-se um partido do Nordeste, ganhando as eleições em muitos estados daquela região (KOSHIBA, PEREIRA, 1987).

Nesse processo de reorganização partidária, as esquerdas, tão perseguidas pelos governos militares, também começaram a se reorganizar. A Reforma Partidária de Figueiredo proibiu a legalização dos PCs (Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil), mas em compensação o trabalhismo ganhou o PTB (Partido

---

<sup>4</sup> A publicação do livro *Brasil Nunca Mais* coordenado, pela Comissão de Justiça e Paz, demonstrou um amplo trabalho de coleta de dados nos porões da ditadura e, principalmente, representou de forma pungente a organização da oposição ao regime, “pegando” de surpresa o regime que dispunha de uma série de leis que restringiam esse tipo de denúncia. O trabalho de D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, merece destaque. Para aprofundamento, verificar a obra *Brasil nunca mais*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1984 e também o suplemento do Jornal *O S. Paulo*, de outubro de 1990, sobre os 20 anos de trabalho à frente da Arquidiocese de São Paulo, intitulado “Dom Paulo - 20 anos de esperança do povo”, onde aparece, mais detalhes do “Projeto Brasil Nunca Mais”.

Trabalhista Brasileiro), de Ivete Vargas, e o PDT (Partido Democrático Trabalhista), de Leonel Brizola (KOSHIBA, PEREIRA, 1987).

Mas a grande alteração, na composição de forças da esquerda deu-se com a fundação do Partido dos Trabalhadores, no início da década de 1980<sup>5</sup>, como diz Koshiba e Pereira (1989, p.394)

Porém, a grande novidade política foi a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), que, nas eleições de 1982, lançou como candidato a governador do Estado de São Paulo um operário, Luís Inácio da Silva, o Lula. O PT nasceu da militância sindical dos mais combativos operários, os metalúrgicos do ABC paulista; portanto, um partido que se estruturou de baixo para cima atraiu um contingente razoável de militantes de esquerda, que haviam rompido com o marxismo tradicional, além de *incorporar a nova esquerda católica*. Tendo optado por uma organização interna aberta e democrática, o PT distingue-se radicalmente do modelo leninista, ultracentralista. Outra característica que distancia o PT dos partidos de esquerda tradicionais, é a sua recusa em se apresentar como vanguarda operária ou como fábrica de estratégia.

Esta longa citação sobre a criação do PT serviu-nos para ilustrar de que maneira as alterações da sociedade, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, representaram uma forma diferenciada de inserção da Igreja na sociedade, influenciada pelas mudanças políticas ocorridas no país.

### ***Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) à nova forma de trabalho pastoral***

O surgimento propriamente dito das CEBs deu-se entre os anos de 1955 e 1960, aparecendo em algumas dioceses do Nordeste, sementes das futuras CEBs a partir de equipes de leigos encarregados de complementar as atividades paroquiais devido a

---

<sup>5</sup> Para um balanço da trajetória do PT, ver *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, Sexto Caderno, 29 de ago. de 1993. “Que Partido é esse?”, p.6-4 a 6-9, com uma série de análises sobre a composição de forças no Partido, as perspectivas e a cronologia básica de sua história. Ver também a reportagem do Caderno Brasil da *Folha de S. Paulo*, intitulada “Do macacão à gravata”, de 05/02/95, p. 1-16 a 1-18, onde se questiona o novo perfil do partido, indicando características de sua militância política. Ver também os livros FERNANDES, F. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989; FERNANDES, F. *O PT em movimento - contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991.

escassez de vigários. Esta constatação reforça as colocações de Della Cava (1986) acerca dos problemas enfrentados pela Igreja, devido a ausência de padres para o trabalho eclesial, significando também uma forma de pressionar a instituição para a abertura a funções anteriormente restritas ao clero, criando a partir daí, ministérios leigos para a distribuição da Eucaristia, Equipes de Batismo, Equipes de Celebração da Palavra e Catequese.

O MEB (Movimento de Educação de Base) também contribuiu para o surgimento de inúmeros grupos de pequenas comunidades, que passaram a aliar o trabalho pedagógico ao religioso, dando ênfase à questão social. Conforme Vanilda Paiva já havia identificado, outras sementes contribuíram para o surgimento das CEBs: Movimentos do Natal (Rio Grande do Norte - anos de 1960); Catequistas Rurais - Barra do Pirai - Rio de Janeiro; Grupos de Evangelho - Goiás Velho; Encontro de Irmãos - Recife; Comunidades de Base - Nísia Floresta (Rio Grande do Norte), Crateús (Ceará), Vitória (Espírito Santo).

Se, nas décadas de 1960-1970, a intervenção política deu-se via CEBs por movimentos sociais de luta por saneamento básico, educação, saúde e habitação, pois os canais tradicionais de reivindicações sociais estavam bloqueados pela ditadura militar, os anos 1980 foram marcados por uma volta e intervenção na sociedade pelos canais tradicionais e pela revitalização da ação da Igreja via Teologia da Libertação, no âmbito de um projeto político para a Igreja e sociedade. Como diz Schmidt, “A Igreja Católica passava por um processo de grandes mudanças”<sup>6</sup>. Em 1964, ela jogou água benta nos tanques. Porém, surgia a consciência de que ser cristão era ser solidário com os pobres, lutar por um mundo mais justo. “É a *Teologia da libertação*” (SCHIMIDT, 1993, p.173).

Em 1964, a Igreja parece encontrar-se numa encruzilhada: perdendo espaço devido às mudanças de ordem econômica e social e conseqüentemente perdendo fiéis. Esta situação aliada a um número cada vez mais restrito de sacerdotes e religiosos levou a Igreja a repensar a sua ação pastoral.

As pistas começaram a ser dadas a partir de 1950 e a partir do golpe de 1964, mais precisamente a partir de 1968 quando a Igreja vai novamente reencontrar sua base, que agindo como ponto de apoio contribui para que esta remodelar suas formas de conduta, sua ação pastoral.

Para Romano (1979), a igreja aparece com a ideia de restabelecer às bases racionais de um populismo encarregado de libertar as massas, colocando-as

---

<sup>6</sup> Ver, também, sobre as mudanças da Igreja no período autoritário, CASTRO, M. A Igreja e o autoritarismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1985; ALVES, M. H. M. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1987.

paradoxalmente como instrumento dócil nas mãos das elites católicas ou laicas<sup>7</sup>.

Nem sempre a Igreja colocou-se como a vilã cumpridora das ordens do Estado, mas a partir de agora, a orientação virá também de setores mais conservadores do clero e do episcopado brasileiro que apostaram na Revolução de 1964 e se vêem obrigados a se voltarem contra ela, em defesa da instituição eclesial como um todo e mais ainda, pela exigência da base, coloca-se em defesa da sociedade civil ameaçada pelo autoritarismo que começava a radicalizar-se a partir de 1968.

Ao considerarmos o golpe de 1964, como o fenômeno extra-eclesial responsável pelas mudanças na Igreja, torna-se importante pois, tecermos algumas considerações quanto a esse período.

Não convém discutir o caráter eminentemente burguês ou não do golpe de 1964<sup>8</sup>, ou se foi uma “Revolução Conservadora”, que instaurou um processo de “Modernização pelo alto”. Convém sim, lembrar que o golpe de 1964 contou, de início, com o apoio de setores conservadores da sociedade, da classe alta e média e principalmente dos militares. A Igreja não esteve alheia a esse processo (vide “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”) que mobilizou multidões no Rio de Janeiro (13/3/1964) e São Paulo (19/3/1964)<sup>9</sup>, que reuniu meio milhão de pessoas protestando contra o governo Goulart (1961-1964).

Posteriormente, o golpe enveredou-se por caminhos que demonstraram um caráter modernizador; refletido na própria mudança na relação Igreja/Estado.

Esta mudança na relação Igreja/Estado é explicitada a partir do momento em que membros do clero começam a serem perseguidos pelo Estado. Romano (1979) expõe que a repressão política chegou a limites extremos, atingindo os quadros eclesiásticos e acuando os seus elementos mais radicais na “perigosa clandestinidade”, assim a Igreja surgiu como defensora privilegiada dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que reconhecia ao Estado a função de manter a ordem, desde que o fizesse dentro dos limites

<sup>7</sup> Portelli lembra que a partir da Primeira Guerra Mundial e conseqüente processo de industrialização italiana que a hegemonia da Igreja passou, por um perigo mortal. Para justificar sua colocação Portelli cita Gramsci quando diz que “O Catolicismo, violentamente expulso dos negócios públicos, privado de toda a influência direta sobre a gestão do Estado, refugia-se nos campos, encarna-se nos interesses locais e na pequena atividade social desta parte da massa popular italiana que continuava a viver material e espiritualmente em pleno regime feudal” (PORTELLI, 1984, p.114). Para um aprofundamento da análise da obra de Gramsci acerca da questão religiosa ver: PORTELLI, H. Gramsci e a questão religiosa. 2.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. Coleção Sociologia e Religião, v.1

<sup>8</sup> Para melhor compreender a participação da burguesia nacional no golpe de 64 ver DREIFUSS, R. A. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Editora Vozes, Petrópolis, 1981, especialmente o cap. IX, “O complexo IPES/IBAD no Estado – a ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica”, p.417-79.

<sup>9</sup> Análise detalhada da marcha encontra-se em “História sincera da República – de 1961 a 1967”. Leôncio Basbaum. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1977, p.101-106.

legais...<sup>10</sup>

A volta da intervenção na sociedade pelos canais tradicionais deu-se de maneira diferenciada. Se a criação do PT representou a grande inovação na composição do campo de forças das lutas políticas do país, a participação da Igreja também não poderia deixar de sofrer alterações vindas principalmente da chamada esquerda católica (influência da Teologia da Libertação), que compôs, ao lado dos intelectuais, a base ideológica do partido.

Mas, se ao mesmo tempo essas transformações ou melhor lutas por mudanças político-sociais pautaram-se pela participação ativa de membros das CEBs, um movimento de regresso ao tradicionalismo católico (pautado em rituais litúrgicos, obediência irrestrita a hierarquia eclesial e concepção salvacionista individual, caracterizado pelo avanço da renovação carismática católica) também se iniciava no seio da Igreja (AZEVEDO, 1996).

Esta dicotomia progressistas/tradicionais marca a atuação da Igreja, suas decisões em nível institucional, na década de 1980, e principalmente nos anos 1990. Desta forma, essa época foi marcada com transferência de bispo influentes na sociedade para outras diocese; nomeação de bispo com perfil conservador alinhado diretamente as ordens do vaticano, assim, restringindo o poder somente ao vaticano e elegendo para as Conferências Episcopais do Brasil e da América Latina bispo com esse perfil conservador (AZEVEDO, 1989).

Voltemos agora ao chamado processo de abertura política com o movimento Diretas-Já, em 1984.

Para novembro de 1984 estavam marcadas eleições indiretas para a presidência da República; na verdade, mais uma manobra para os militares se permanecerem no poder. (KOSHIBA, PEREIRA, 1987). Em novembro de 1983, foi lançada a campanha pelas eleições diretas para presidente, com manifestações nas principais capitais do país, chegando a reunir em São Paulo, no dia 16 de abril, mais de um milhão de pessoas, no Anhangabaú.

Apesar de todos os comícios em defesa da emenda Dante de Oliveira (deputado federal pelo PMDB do Mato Grosso), que restabelecia a eleição direta para presidente da República, as eleições foram indiretas. Rejeitada no dia 25 de abril de 1984, pelo Congresso Nacional, provou-se, ainda, através das forças políticas conservadoras, lideradas por Sarney, que a ditadura prevalecia.

Mesmo diante dessa aparente derrota, hoje, passados mais de trinta anos do movimento, podemos dizer que ele foi um movimento vitorioso, pois provocou

---

<sup>10</sup> O Papel de defensora privilegiada indicado por ROMANO direciona sua análise para o aspecto de dominação e não participação na Instituição eclesial, 1979, p.183

mudanças, como diz Santos (1994, p.6-7):

Diretas-Já foi o segundo movimento extrapartidário (o primeiro foi o da anistia), mas o primeiro a ocupar as praças e os paços, as ruas, vielas e botequins. Invasão generosa, mas com paixão e raiva também, ela aparentemente espalhou-se pelo vazio da participação reprimida. Aparentemente. Postos em fuga pelo Diretas-Já foram todos os medos, temores, todas as sombras, ameaças, intimidações. Mais do que uma demanda política de circunstância, o movimento, porque foi irreprimível, decretou o fim da ditadura. Por esse ângulo, o Diretas-Já não fracassou; antes, deu origem a um excepcional período de mobilização e participação.

O lançamento da candidatura de Paulo Maluf minou a unidade do PDS e Aureliano Chaves, o vice de Figueiredo, passou, com José Sarney, a comandar a dissidência do PDS; ao lado do PMDB, de Tancredo Neves, formalizaram a chamada Frente Liberal, levando à vitória de Tancredo Neves e José Sarney, seu vice no Colégio Eleitoral. Contudo, no dia 14 de março de 1985, Tancredo foi submetido a uma cirurgia de emergência, vindo a falecer 39 dias após seu internamento. José Sarney assumiu definitivamente como Presidente da República, iniciando ironicamente a chamada Nova República com um presidente vindo do PDS, partido da ditadura militar (KOSHIBA e PEREIRA, 1989).

O governo Sarney, marcado pela falta de sustentação parlamentar, agravou ainda mais a crise econômica do país e contribuiu para a eleição do desconhecido Fernando Collor de Melo, nas eleições diretas de 1989. O perfil do presidente é bem definido pelo editorial da *Folha de S. Paulo*, lembrando o movimento Diretas-Já:

As frustrações que se seguiram do término do Regime Militar foram entretanto, amargas. As primeiras eleições diretas para presidente levaram ao poder uma pessoa incapaz de honrar o cargo e as expectativas que havia suscitado. A experiência com a ordem constitucional de 1988 fez ver quantos anacronismos e empecilhos ao desenvolvimento convivem ainda com dispositivos corretos da nova regra democrática. O poder das oligarquias regionais, dos monopólios e das corporações manteve-se ileso na democracia conquistada. A despeito dos grandes avanços que foram obtidos, a sociedade brasileira não se

reconhece no estado que tem (FOLHA DE S. PAULO, 1994).

Percebemos neste trecho que o período compreendido entre a campanha das Diretas-Já e as eleições diretas (*impeachment* em 1992) representaram mudanças bruscas na organização política e social do país e exigiu um posicionamento firme, pontual, da Igreja, que também estava redefinindo sua inserção na sociedade pós-regime militar. Essa crise no Estado consequentemente ampliou seus reflexos numa crise da Igreja, enquanto instituição, exigindo-se um novo parâmetro de relacionamento entre Igreja e Estado, na década de 1990.

A breve descrição da conjuntura política dos anos 1980 procurou demonstrar que as transformações de ordem institucional não levaram a transformações de ordem social, principalmente no que tange às questões de miséria e distribuição de renda no país. As disparidades econômicas agravaram-se por um extenso período de recessão, que fez a população desacreditar em mudanças e nas conquistas sociais.

É nesse cenário de difícil descrição, que a Igreja Católica atuou, principalmente através das pastorais: CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CPT (Comissão Pastoral da Terra), nas décadas de 1970, e enfrentou, nos anos 1980-1990, todas as adversidades de uma Igreja tradicional, que iniciou o processo de reorganização de suas formas de intervenção social.

Como diz Della Cava (1986), ao periodizar o processo de abertura delimitado por ele de 1974/1985 como um período em que "não há lugar para uma descrição fácil", para a Igreja este foi um período cheio de paradoxos, em que ela se vê obrigada a enfrentar sérios dilemas.

Com a volta dos partidos políticos, revitalização dos sindicatos e surgimento das ONGs (Organizações Não-Governamentais), a Igreja se encontra em uma nova encruzilhada: o que fazer? Em nível mundial, pergunta-se: qual o projeto do Papa (Cúria Romana, Vaticano) para a América Latina? Em nível nacional: qual o papel da Igreja diante da nova realidade política? Como enfrentar essas questões, mantendo uma atuação junto às bases, agora podendo escolher dentre os diversos caminhos uma maneira de reivindicar transformações sociais e também de ordem religiosa, nos anos 1980-1990?

Como trabalhar diante do fato de que “o povo que era bigorna (...), metamorfoseia-se em malho e desvenda vários rumos para uma nação que nasce tardiamente para a democracia”? (FERNANDES, 1985, p.59)

Essas questões levaram a uma mudança na forma de trabalho pastoral da Igreja

junto à sociedade. Procuremos visualizar as transformações que ocorreram a partir da criação da CPT e, principalmente, após a criação do SPM (Serviço de Pastoral dos Migrantes). Vejamos se o SPM significou, ou não, uma forma concreta de atuação diferenciada da Igreja diante dos problemas sociais que os anos 1980/1990 apresentavam.

### ***A criação do SPM – mudanças na forma de Ação Pastoral***

Ao acompanharmos o processo de criação do SPM devemos considerar dois níveis de ação:

1. Das solicitações da hierarquia eclesial aos organismos oficiais, representante da proposta da Dimensão Profética e Transformadora, linha 06 da CNBB<sup>11</sup> (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em que o SPM se inscreve;

2. Das solicitações da base de atuação do organismo. Podemos dizer que este nível está ligado às determinações práticas dos membros que atuam diretamente no trabalho específico da pastoral, atendendo a solicitações levantadas pelos seres humanos em meio aos problemas enfrentados em nossa sociedade.

Enquanto o nível hierárquico responde pelo aparato institucional da dimensão de ação pastoral, o nível da base responde pelos anseios dos fiéis na percepção e busca de soluções dos problemas específicos de cada serviço levantado, procurando colocar em prática o que foi definido pela linha da ação pastoral. Essas solicitações devem ser consideradas na medida em que o Objetivo Geral da Ação Pastoral é “... o elemento de toda a Pastoral...” e “a explicitação de seu conteúdo oferece elementos inspiradores e orientadores para as atividades pastorais em todos os níveis”<sup>12</sup>.

Nos anos que sucederam a chamada Nova República, a atuação da Igreja, em nível social, transformou-se, em decorrência de uma série de fatores que apresentaremos a seguir. As mudanças na forma de atuação certamente influenciaram nas posturas adotadas pela Igreja a partir de 1987. A emergência dos novos partidos, que relatamos anteriormente, modificará a forma de inserção da Igreja na realidade do país. Nesse período, o que a Igreja irá fazer é buscar a adoção de métodos de ressocialização democrática, essenciais na construção dos direitos de cidadania (KRISCHKE, 1985).

Essa postura, identificada por Krischke (1985), é explicitada quando ele diz que:

---

<sup>11</sup> Para uma visão completa das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, com a exemplificação das linhas ou Dimensões Gerais da Ação Pastoral, ver Igreja no Brasil - Diretório Litúrgico, 1996, CNBB: Uno A. Mateus. Ed. Loyola, São Paulo. Para compreender, dentro da CNBB, o papel da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), à qual estão subordinadas as seis linhas de atuação da CNBB, ver *Folha de S. Paulo*, 18/05/95, p. 1-11. "Bispos fazem divisão do poder na CNBB", reportagem de Fernando Molicca; ver, também, *Folha de S. Paulo*, "Assembleia do CNBB define as 'exigências éticas' da democracia", 16/04/89, p. A 10, reportagem de Dermi Azevedo.

<sup>12</sup> CNBB. A Igreja no Brasil. Diretório Litúrgico. Ano A – Mateus, 1996, p.10, op.cit., nota n.100.

O assumir pela Igreja de funções de ressocialização pluralista na esfera motivacional é a modalidade normal de sua participação em uma cultura e institucionalidade democrática. Como afirma Marx, na *Questão Judaica* (1960, p. 22), acerca dos regimes liberais do ocidente: “A separação entre o ser público e o ser privado do homem, e o deslocamento da religião do Estado à sociedade civil não é apenas um passo do processo de emancipação política, mas a sua plenitude. Portanto, a emancipação política não abale nem tenta abolir a religiosidade humana real”.

A explicitação de relação Igreja/sociedade contempla claramente a questão colocada após a queda do regime militar e o processo de democratização que sucedeu o governo autoritário. Marx (1991) afirma que essa separação representa a plenitude da emancipação política. Coloca-se a questão que levantamos anteriormente: Qual seria, então, o papel da Igreja nessa situação, e de que maneira ela poderia contribuir para que essa recolocação da sociedade civil no cenário político, econômico e social pudesse acontecer sem que houvesse a imposição de rumos pela instituição eclesiástica? Vejamos os fatores que influenciaram a mudança das formas de inserção da Igreja diante da problemática social. Podemos identificar três grandes fatores:

1. Se, nos anos 1960-1970, os chamados Novos Movimentos Sociais<sup>13</sup> predominaram no cenário político do país, e a Igreja, por meio das CEBs<sup>14</sup>, utilizou-se desse instrumento para garantir a participação popular na luta pela democracia<sup>15</sup>, os anos 1980-1990 foram marcados por um processo de refluxos dos chamados Novos

<sup>13</sup> Kowarick (1993) teve razão ao aludir a questão do deslocamento de atuação popular na década de 80 em relação à década de 70. Sem em 70 as ações visavam a reivindicação de moradia, creches, ensino básico, a década de 80 colocava em pauta questões mais amplas do ponto de vista social que convergeram para a Assembléia Constituinte.

<sup>14</sup> Para o percurso histórico do surgimento das CEBs no Brasil utilizamos o esquema cronológico proposto por Henrique Cristiano José de Matos no seu livro CEBs - Uma interpretação Para o Ser Cristão Hoje, op.cit., nota nº 21 e 22, principalmente o capítulo I - intitulado “Contexto Sócio-Político E Eclesial”, p.13-34. Este mesmo capítulo foi sintetizado no Documento da Diocese de Jaboticabal intitulado “Evolução Histórica do Surgimento das CEBs”, mimeo. Elaborado para o “Encontro Diocesano de CEBs”, que ocorreu em 30.11.86. Esta síntese também é utilizada por nós na análise deste percurso histórico. Ver também CEDRAN, P. C. “CEBs: O que é?” Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Etnografia do Brasil, ministrado pela prof. Elda Rizzo de Oliveira, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, mimeo, Araraquara, 1989. E também CEDRAN, P. C. “Comunidades Eclesiais de Base - CEBs”, Trabalho apresentado para conclusão do Curso de “Bacharelado em Ciências Sociais” - F.C.L. - UNESP, Câmpus de Araraquara, sob a orientação da prof. Elda Rizzo de Oliveira, 1993, mimeo.

<sup>15</sup> PIERUCCI, 1982, p.48-9; TELLES, 1984; DELLA CAVA, 1985; p.13-45; EVERS, 1984, p.11-23; BRANT, 1983, p.9-27; CAMARGO ET AL., 1983, p.59-81; CAMARGO, 1982. p. 49-53; CARDOSO, 1982, p.53-8.

Movimentos Sociais, cujas explicações podem ser buscadas principalmente pelas transformações no cenário político. Certamente, esse fator será um dos mais importantes no cenário político e religioso do país, e influenciou as transformações que estamos identificando na Igreja.

2.A emergência de partidos, a partir da abertura política iniciada por Figueiredo, *esvaziou* os chamados Novos Movimentos Sociais de suas principais lideranças e facções políticas, que se enquartelavam nesses movimentos devido à proibição política de se engajarem em partidos políticos de sua escolha. Na verdade, a polarização ARENA x MDB serviu simplesmente para mascarar a ditadura militar e dar-lhe a aparência de uma pretensa participação democrática.

Esses partidos e particularmente o MDB (oposição) não conseguiram desempenhar realmente o papel de partidos autônomos, e atuaram dentro do permitido. Enquanto isso, nos movimentos de bairros, carestia, transporte, saúde e CEBs, as lideranças políticas encontraram formas de ampliar a luta pela democracia, em contraposição às amarras burocráticas impostas aos partidos (BRANT, 1983).

Com a abertura e a criação de novos partidos, principalmente do PT, revelou-se que as múltiplas formas de oposição puderam se realinhar num campo de forças agora "livre" da antiga polarização (ARENA x MDB);

3.As transformações na forma de atuação na Igreja também foram influenciadas por fatores internos à própria instituição, como salienta Ralph Della Cava. O avanço do chamado neoconservadorismo<sup>16</sup> tem como conceito uma vivência católica pautada numa concepção de igreja que irá colidir com os interesses da Igreja Católica Progressista do Brasil, que segundo Levy (2009, p.177) caracteriza a Igreja Católica Progressista<sup>17</sup> como:

---

<sup>16</sup> Barroco (2015) descreve o neoconservadorismo como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais. A moral desempenha uma função de destaque no ideário conservador, sendo concebida como base fundante da sociabilidade e da política, como podemos observar nas considerações de Russell Kirk, representante do neoconservadorismo norte-americano: Uma sociedade onde homens e mulheres forem governados pela crença em uma ordem moral duradoura, por um forte sentido de certo e errado, por convicções pessoais sobre a justiça e a honra, será uma boa sociedade — não importa que mecanismo político se possa usar.

<sup>17</sup> Levy (2009, p. 178) acrescenta que “Em muitos sentidos, a Igreja Católica Progressista foi o ator social mais importante do período de formação da sociedade civil brasileira contemporânea. A Igreja Católica Progressista criou, promoveu e apoiou movimentos sociais modernos em todo o Brasil, tanto nos centros urbanos quanto na zona rural. Durante muitos anos – a começar pelo trabalho realizado na constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 1960 –, foi a Igreja Católica Progressista que esteve no centro das lutas de pequenos agricultores deslocados/atingidos por barragens, comunidades indígenas, pescadores, trabalhadores urbanos e donas-de-casa das periferias das grandes cidades, em bairros pobres e favelas. Além disso, a Igreja Católica Progressista atuou em comunidades carentes para organizar as pessoas que perderam com a modernização autoritária da economia do país, denunciando publicamente as injustiças sociais na tentativa de influenciar as

Um conjunto de organizações e indivíduos inspirados pela Teologia da Libertação e engajados em realizar mudanças profundas na Igreja Católica e na sociedade. Ao contrário do que aconteceu em outros países latinoamericanos, no Brasil a Igreja Católica Progressista esteve e está presente em todos os níveis da Igreja. Entre os progressistas encontram-se cardeais, bispos e padres, além de ordens e congregações.

Por mais que seja negado pelas altas autoridades eclesiásticas do país, esse conflito exigirá da Igreja progressista formas sutis de atuação social, ainda persiste o alerta levantado por Della Cava. No final de seu artigo intitulado “A igreja e a abertura 1874-1985” diz: “Cuidado! Tudo é possível. Especialmente com a grande virada em curso no papado” (DELLA CAVA, 1985, p.39). No sentido que o Papa João Paulo II torna-se mais centralizador passando a nomear cardeais e bispos conservadores alterando inclusive a composição do Colégio Cardinalício que culminou na eleição em 2005 do Papa Bento XVI.

Talvez, com relação a essa questão, pudéssemos pensar na correlação que possa existir entre as transformações ocorridas no Leste europeu (como o fim da União Soviética e a queda do muro de Berlim) e a tentativa de redirecionar de forma autoritária as diretrizes filosóficas que fundamentavam a Teologia da Libertação, adequando-a aos interesses institucionais da Igreja Católica Conservadora.

A preocupação de caracterizar os pontos divergentes da Teologia da Libertação com a hierarquia da Igreja Católica, reflete a forma encontrada pela Igreja para evitar um cisma, principalmente na América Latina, onde seu poder ainda é considerável, se comparado à Europa.

As sucessivas punições a Leonardo Boff<sup>18</sup>, a divisão da Arquidiocese de São Paulo<sup>19</sup> e a questão da intervenção no seminário maior da Diocese de Olinda e Recife<sup>20</sup>,

---

decisões da elite política brasileira e chamando a atenção internacional para o problema dos direitos humanos no Brasil (Mainwaring 1986; Bruneau 1992)”.

<sup>18</sup> Para um breve relato sobre as punições de Leonardo Boff, ver os artigos de NASCIMENTO, G., MOUCA, F. "Boff decidiu abandonar o Sacerdócio". Folha de S. Paulo, 1º Caderno - Política, 28 de jun. de 1992, p.1-14 e também de CRISTALDO, J. "Encíclica é carta aberta a Leonardo Boff". Folha de S. Paulo, 11 de out. de 1993, p.2-8, Caderno Mundo, que responde às críticas de Boff ao Vaticano.

<sup>19</sup> Sobre a divisão da Arquidiocese de São Paulo, ver AZEVEDO, D. "Igreja já traça limites das novas dioceses paulistanas". Folha de S. Paulo, 1º Caderno - Política, 3 de set. de 1988, p. A-8, e também, Nascimento, G.

que para muitos representam manifestações ou atitudes isoladas de oposição aos progressistas, na verdade são um conjunto de ações previstas e pensadas de forma a dar um caráter isolado a um problema comum que atinge toda a estrutura eclesial, ou seja, garantir de forma hierárquica o predomínio de bispos e cardeais conservadores no comando da Igreja Católica e no processo de formação dos futuros sacerdotes.

Em 1988, com a promulgação da Nova Constituição, veremos que a forma de atuação da Igreja modificou-se, pois seria o primeiro grande teste da democracia brasileira, onde a Igreja também irá posicionar-se, de forma a considerar os avanços do país e tentar conquistar um novo lugar no jogo político-social.

Analisar a atuação, principalmente da Igreja, no período da constituinte, dará pistas para explicitar o que dissemos anteriormente e que agora a reafirmamos. As mudanças na forma de atuação da Igreja não podem ser consideradas pura e simplesmente preservação da instituição, mas início de uma nova fase, em que as mudanças sociais exigirão também mudanças eclesiais.

Como dissemos anteriormente, o período de abertura política proporcionou também um ambiente propício para mudança na forma de condução da Ação Pastoral, por parte da Igreja. Vejamos de que forma isto foi acontecendo, principalmente pela ação da Igreja na Assembleia Nacional Constituinte 1988. Antes de analisarmos a questão da Constituinte, convém lembrar que os estudos sobre a história da religião e da Igreja, nesse período, tomam como marco divisor justamente o ano de 1985, início da chamada Nova República; portanto, as análises a seguir baseiam-se principalmente em análises da conjuntura política e social dos anos 1980-1990.

Não temos a pretensão de sistematizar todas as ações desenvolvidas e quais os rumos tomados pela Igreja, mas, sim, apontar alguns caminhos, principalmente, que mostrem como o SPM surgiu e de que maneira ele se insere numa nova forma de intervenção da Igreja no que se refere às questões sociais.

Se a década de 1970 representou o reencontro da Igreja com a sociedade<sup>21</sup> por

---

“Nomeação ‘Conservadora’ muda perfil do episcopado brasileiro”. *Folha de S. Paulo*, 1º Caderno - Política, 25 de jun. de 1990, p.A-3.

<sup>20</sup> Sobre a questão da Diocese de Olinda e Recife, ver o relato sobre desmonte de Seminário Progressista, de NASCIMENTO, G. “Seminário vai abrigar estudantes de Institutos fechados pelo Vaticano”. *Folha de S. Paulo*, 1º Caderno - Política, 8 de jan. de 1990, p.A-5, e *O Estado de S. Paulo*, “Carta Vaticana impede reativação de escola”, 12 de jan. de 1990, Editoria de Meio Ambiente, p.12; sobre o conflito direto do Arcebispo Sobrinho, ver Nascimento, G.

“Padres de Recife protestam contra Arcebispo”. *Folha de S. Paulo*, 1º Caderno - Política, 14 de mar. de 1990, p.A-4.

<sup>21</sup> As considerações de Rubem Alves aparecem no artigo intitulado “O reencontro com a sociedade”, do Suplemento Folhetim, *Folha de S. Paulo*, de 23 dez. de 1979, nº 153, intitulado “Os anos 1970” - Religião 13 - em um diálogo com o Padre José Oscar Beozzo sobre o reencontro da Igreja com a sociedade brasileira na década de 1970. Mediado por Tércio Sampaio Ferraz Jr., p.7-10.

que a Igreja se abriu aos novos anseios sociais marcados pelos movimentos de luta por direitos de cidadania (saúde, educação, habitação, terra e participação política), podemos dizer que a década de 1980 representou o período de revisão das ações que a Igreja e a sociedade vinham desenvolvendo ao longo da década de 1970.

O período da Constituinte é marco nessa questão, pois a Igreja entrou em choque com a sociedade e o próprio Estado em muitos pontos, principalmente no que diz respeito à laicidade do ensino, além de questões como legalização do aborto e pena de morte, entre outras (EMMERICK, 2010).

Ao lado da Igreja, a OAB entra no período da constituinte como porta-voz dos direitos humanos. Boschi (1987, p.154) diz que:

A questão do conflito sobre a terra também constava da agenda da OAB, levando a formar um comitê conjunto com a Igreja e as centrais sindicais para procederem a discussão do tema com alguns ministros.

A Igreja, no início de 1985 manifesta a necessidade de que a Assembleia Constituinte seja convocada, na medida em que o polêmico processo sucessório Figueiredo/Tancredo e a crise econômica enfrentada pelo país pudessem colocar a perder todas as conquistas do período da abertura. O destaque à questão social e às necessidades de reformas foram as bandeiras empunhadas pela Igreja e pela OAB.

A Igreja Católica, ainda nesse período, poderia e deveria ampliar as bases de um projeto político que envolveria amplos setores da sociedade, mas não necessariamente de maneira diretiva. Poderíamos dizer que a Igreja passa, nesse momento, a pleitear o papel de incentivadora de um amplo fórum de debates sobre as questões sociais, políticas e econômicas, que partem de uma agenda de temas a serem discutidos pelos constituintes (BOSCHI, 1987).

A OAB e a Igreja, pela ação da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (sic), tornaram-se o ponto de convergência para a expressão dos anseios da sociedade. Sua ação imediata nas questões públicas que envolviam matéria constitucional tornou-se de tal forma conspícua que provocou a reação dos partidos políticos (BOSCHI, 1987, p.197).

A reação de que Boschi (1987) fala foi desencadeada por partidos políticos da chamada ala conservadora, centro-direita, que formaram a Aliança Liberal, codinominada

Centrão, aliança que posteriormente se constitui em PFL (Partido da Frente Liberal). Na posição de constituintes, esses deputados passaram a representar os interesses da Burguesia Industrial e dos setores ruralistas do país.

Anteriormente falamos que as mudanças ocorridas com a abertura política suscitaram a reapropriação, por parte dos partidos políticos, dos canais de manifestações dos anseios sociais. A Igreja Católica, diante desse fato, não perde totalmente seu papel, e passa a atuar ao lado desses partidos, valorizando amplamente uma postura política que irá pautar-se pela relação fé/política. A sustentação de muitos setores do PT encontrou na Igreja o espaço necessário para sua ação política. A Igreja Católica, nesse cenário de interação e coalizão de forças políticas, aparece em alguns momentos como polo mediador dessa ação; em outros, como defendendo posturas que irão oscilar, ora pela ação política suprapartidária, ora pela ação política altamente partidária.

Os conflitos ideológicos em relação a apoiar candidatos irão gerar amplas discussões no âmbito organizacional, atingindo principalmente a CNBB, que deveria balizar todas as posturas políticas da Igreja e, ao mesmo tempo, zelar pela integridade dessa instituição, para que ela atue de maneira firme sem, contudo, envolver-se diretamente em disputas político-partidárias.

Analisando a dissertação de mestrado desenvolvida por Ricardo Galletta, sobre “Pastoral Popular e política partidária no Brasil”<sup>22</sup>, o jornalista Dermi Azevedo revela a ampla relação existente entre agentes da Pastoral Popular e o engajamento político partidário no país. Ouvindo o depoimento de pelo menos uma pessoa em 78 dioceses onde este trabalho é mais ativo, Galletta encontrou predominância do PT em 69% das Dioceses. Em nível de regiões, essa opção aparece da seguinte forma:

- Região Sudeste: 84%
- Região Norte: 72%
- Região Centro-Oeste: 69%
- Região Sul: 63%
- Região Nordeste: 55%

O autor ainda verificou após analisar os dados das eleições de 1982 que, em termos regionais, a participação do PT foi maior em São Paulo (80%), seguindo-se os demais estados do Sudeste (76%).

A dissertação desenvolvida por Galletta mostra que o problema que se apresentou na década de 1980, com o início da abertura política, já vinha sendo gestado

---

<sup>22</sup>Para melhor compreensão dos dados levantados na pesquisa, ver o artigo da *Folha de S. Paulo*, de 8 jun. de 1996, p. 10, 1º Caderno - Política. “Tese indica interação crescente entre Igreja e política”, do jornalista Dermi Azevedo.

desde as eleições de 1982. Como responde Kowarick (1993), ao ser perguntado sobre onde estariam os partidos e a Igreja na década de 1980, se considerarmos as mudanças na forma de conduzir a ação pastoral popular e o refluxo dos movimentos reivindicatórios ocorridos na década de 1970: “tenho a impressão de que o momento político os deslocou para questões políticas nacionais como a Constituinte, por exemplo”<sup>23</sup>.

Kowarick (1993) teve razão ao aludir à questão do deslocamento de atuação popular na década de 1980, em relação à década de 1970. Se, em 1970, as ações visavam à reivindicação de moradia, creches e ensino básico, a década de 1980 colocava em pauta questões mais amplas do ponto de vista social, que convergeram para a Assembleia Constituinte. O Jornal *O Estado de S. Paulo* demonstra que a Igreja atuou no período da Constituinte, com a implantação das chamadas emendas populares. Desta forma, os deputados constituintes abriram o precedente para que todos os setores da sociedade civil pudessem fazer da Assembleia um grande fórum de debates de questões sociais e políticas do país. A Igreja utilizou-se de sua organização eclesial para articular a coleta de assinaturas para a apresentação de emendas, tendo a oportunidade de apresentar aos fiéis seus sete projetos. Passando por questões relativas ao aborto, eutanásia, tortura e casamento, a Igreja destaca nestes projetos uma organização da ordem econômica, que reconheça a primazia do trabalho sobre o capital e que considere a produtividade do campo a serviço da coletividade, o que inclui, portanto, uma agenda que repense a Reforma Agrária no país. A CNBB também defende os direitos dos povos indígenas e a gratuidade do ensino público. A nova forma de atuação da Igreja, nesse período, aparece nas palavras de D. Ivo Lorscheiter: “Se cruzarmos os braços, não teremos o direito de levantar depois. Urge fazer algo *usando os espaços que estão à nossa disposição*”<sup>24</sup>.

Podemos dizer que D. Ivo percebeu que o momento da Constituinte iria representar um sinal de redefinição dos papéis políticos, tanto da Igreja quanto da sociedade civil, que iria permanecer ao longo dos próximos anos. A utilização do recurso das emendas populares recoloca de maneira indireta, mas não menos importante, as posições da Igreja e de seus fiéis, quanto às questões políticas, sociais e econômicas, sendo, portanto, de extrema importância para os rumos do próprio país.

A CNBB desenvolveu, com as dioceses, amplas consultas sobre as emendas populares a serem apresentadas, além de incentivar o surgimento dos chamados “Plenarinhos da Constituinte”. Esses grupos, organizados pela Igreja, pela comunidade local, reuniam-se semanalmente para estudar os subsídios apresentados pela Igreja para a

---

<sup>23</sup>A análise completa da questão dos refluxos das movimentos populares está no artigo de PASSOS, M. H: “Movimentos populares se enfraquecem em São Paulo”. *Folha de S. Paulo*, 22 de mar. de 1987, p. A-24, Caderno Cidades.

discussão sobre o processo constituinte no país. Disponham-se, também, a organizar o recolhimento de assinaturas e a divulgação das emendas apresentadas pela Igreja. Esses grupos representavam uma forma importante de fiscalização e denúncia das manobras consideradas lascivas pela Igreja, principalmente aquelas que iam contra os direitos básicos dos cidadãos.

A Igreja também divulgou um documento que foi o resultado das discussões ocorridas na 24ª Assembleia Geral da CNBB, em 1986, intitulada “Por uma nova ordem constitucional”<sup>25</sup>. Segundo D. Albano Cavallin: “Trata-se de orientação oficial da CNBB, para a participação na elaboração de Nova Carta Magna do Brasil”<sup>26</sup>.

Nesse documento, a Igreja apresentou as principais diretrizes já enunciadas anteriormente e, para facilitar a ampla discussão dessa proposta divulgou, ao longo de todo o ano de 1987, na coluna “Por uma nova ordem”, p. 4, do Semanário Litúrgico Catequético “O Domingo”, utilizado para a celebração das missas dominicais, o documento sobre a constituinte, que se tornou importante subsídio para leigos que, antecipadamente, puderam discutir os rumos da constituinte promulgada em 1988.

A CNBB também divulgou, ao longo de 1987, um boletim intitulado “Notícias Constituintes”, encarte do Boletim da CNBB, no qual, por meio da chamada Comissão de Acompanhamento da Constituinte, os leigos puderam tomar conhecimento dos principais acontecimentos da constituinte. Por exemplo, o Boletim nº 14, no que tange à participação popular, diz: “A discussão do conteúdo da Nova Constituição pode ser um instrumento privilegiado de educação política do povo. Mas a participação de todos nesse processo é ainda mais decisiva. Só um povo que participa assumirá a futura constituição, saberá comprometer-se com ela e exigir o seu cumprimento”<sup>27</sup>.

A insistência por uma participação concreta do leigo amplia suas possibilidades de ter consciência, que deve, agora, procurar as alternativas que melhor fizessem do país uma sociedade mais justa e fraterna. A transposição do espírito cristão para o universo da sociedade civil, via participação na Constituinte, foi um dos mecanismos utilizados pela Igreja na nova forma de atuação em sua relação com a sociedade civil.

<sup>24</sup> O ESTADO DE S. PAULO. “Igreja pede a fiéis apoio para emenda”. 1º Caderno, 10 de jun. de 1987, p.4, grifo nosso.

<sup>25</sup> A íntegra do documento foi publicada em edição popular pelas Edições Loyola, sob o título “Por uma nova ordem constitucional” - Declaração Pastoral - CNBB, 24ª Assembleia Geral, 9 a 18 de abril de 1986 e também na Série Documentos da CNBB. Documento nº 36. “Por uma nova ordem constitucional” - Edições Paulinas, São Paulo. 1986. A edição publicada pela Loyola foi mais utilizada pelos “Plenarinhos da Constituinte”.

<sup>26</sup>Folheto “O Domingo”, Ano LV, Remessa I, nº 01, São Paulo: Paulinas, 1.1.1987.

<sup>27</sup> CNBB. Notícias CNBB. Boletim Constituinte, 14, 14.5.87

O Jornal *República*<sup>28</sup> também foi utilizado nas discussões dos “Plenarinhos da Constituinte”. Intitulado microjornal, surge com o objetivo de provocar a observação e o debate de temas institucionais, buscando uma proposta de República, presente nas lutas populares, e também com o objetivo de denunciar a agressão à República, Federação e Cidadania.

Durante todo o processo da Constituinte, até sua promulgação, a Igreja pôde mostrar sua nova função nas décadas de 1980-1990. A Igreja aparece, agora, não mais liderando, dirigindo o processo de participação social, mas assessorando a organização popular na busca dos direitos da cidadania. Como diz D. Luciano Mendes de Almeida, em sua mensagem ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulisses Guimarães, em 3/10/1988:

Nossa responsabilidade não termina neste dia da promulgação da Lei Magna. Desejamos conjugar nossos esforços para a elaboração das Leis Complementares, da Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. É nosso anseio, que na fase subsequente seja recuperado o direito à vida, desde a concepção; consolida-se a estabilidade indispensável à vida familiar e garante-se uma política que possibilite, de fato, o acesso à terra e à moradia<sup>29</sup>.

Mendes conclui de maneira brilhante a atuação da Igreja na questão da constituinte, e aponta caminhos para a nova ação que estava sendo implantada pela Igreja:

Decantadas as grandes linhas da Constituição há que começar-se o balanço das expectativas sociais depositadas no seu desfecho. Nenhuma voz foi tão longe quanto a Igreja no endereçar-se ao Plenário de Brasília. Não se limitou a tópicos definidos no quadro costumeiro das campanhas, dos lobbies. Falou como *interlocutora* tradicional do nosso Estado, na organização da sociedade brasileira e no desenho do seu retrato de corpo inteiro. Esta mirada se desdobra especialmente após o Vaticano 2º, sob uma dupla exigência: o que permanece no texto como legado da nossa história é o que ganha como Pastoral, a Igreja, na história

<sup>28</sup> Jornal *República*, n° 6, agosto de 1987.

<sup>29</sup> A mensagem completa encontra-se no Boletim do CNBB. Notícia Constituinte, n. 87, 6.10.1988, p.1

por se fazer (MENDES, 1988, p.A-3).

Podemos dizer, mediante as conclusões de Cândido Mendes (1988), que a Igreja aparece como interlocutora nesse período da história do país e de sua própria história de ação pastoral. A Igreja não se esquivou das obrigações impostas pela ditadura, ao colocar-se como canal próprio de processo de luta e ação social, que ocorreu nas décadas de 1960-1970; nos anos 1980-1990, ela permanece no cenário político do Brasil, onde assume um papel extremamente importante no processo de mudança social.

Encontramos, nesse momento, grupos sociais organizados, que ofereceram uma contribuição inestimável à consolidação do novo regime (BOSCHI, 1987), contrariando a tese de muitos pesquisadores que identificaram uma desarticulação da ação social no período pós-ditadura militar.

Diante de muitas análises que apontaram o refluxo dos movimentos sociais, Boschi parece ter sido muito mais perspicaz, dizendo que, se analisarmos profundamente os movimentos sociais do país, encontraremos um esforço permanente em procurar responder às formas de dominação impostas pelo novo rearranjo do capital, com ações também diferenciadas, mas não menos importantes para a luta por mudanças substanciais no país.

Acreditamos que o fato da abertura política recolocar em cena antigas formas de luta social (via partido, sindicato) tenha feito com que o movimento social aparecesse em segundo plano no grau de importância daqueles que participam da vida política do país, como cidadãos de fato. Mas a abertura do leque de opções de resistência não pode significar a exclusão de outras formas de lutas até o momento úteis; pode, sim, representar um aprofundamento diferenciado por parte daqueles que já desempenharam um papel ativo nos movimentos sociais e atuaram principalmente dentro da Igreja. Poderíamos dizer que estes forneceram subsídio necessário para que a volta da democracia no país pudesse ocorrer de maneira mais consciente e com objetivos e projetos claros por parte da sociedade civil, dos movimentos sociais e da Igreja.

A Igreja, na década de 1980-1990, sofreu uma dilapidação de seus setores de ação pastoral mais progressistas em que Romano (1987)<sup>30</sup> afirma que “a hierarquia estará dominada por D. Lucas e seus pares”. A esta conclusão, Romano chegou praticamente oito anos antes de D. Lucas Moreira Neves assumir a presidência da CNBB<sup>31</sup>, fato que

<sup>30</sup>O artigo completo de Romano encontra-se na Coluna Tendências e Debates, da *Folha de S. Paulo*, de 26/11/87, p. A-3, intitulado “Contra o catolicismo político”.

<sup>31</sup>Para compreender melhor os bastidores da eleição de D. Lucas e seu estilo à frente da CNBB, ver os seguintes artigos: “D. Lucas é eleito presidente da CNBB”. *O Estado de S. Paulo*, 1º Caderno, 16/05/95, p. A-5; “D. Lucas dará prioridade à evangelização”. *O Estado de S. Paulo*, 1º Caderno, 11/05/95, p. A-15; “D. Lucas reafirma

ocorreu em 15 de maio de 1995, quando D. Lucas foi eleito, e posteriormente foi empossado na presidência da CNBB, com um mandato de quatro anos<sup>32</sup>. Também ouvimos afirmação semelhante do teólogo belga Joseph Conblin<sup>33</sup>, vaticinando o domínio conservador da presidência da CNBB, ocorreria no máximo em dez anos, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, no dia 20/1/1987.

Lembrou também Leonardo Boff<sup>34</sup>, em sua nota de anúncio de saída da vida sacerdotal: “... que os outros companheiros não desanimem com minha atitude”. A mudança de situação não fez com que Boff deixasse de criticar e colocar suas posições, geralmente contrárias à extrema centralização de poder da Sé Romana mediante de suas Congregações e Discatérios (departamentos do governos da Igreja Católica que compõe a Cúria Romana).

O dilema vivenciado pela Igreja Católica esteve no embate velado entre setores conservadores e setores progressistas, mesmo sabendo como é difícil e espinhoso o trabalho com esse tema, utilizando essa terminologia para caracterizar sob o aspecto político e social entre ambos os setores. O embate que teve início, nos anos de 1990 colocou em cheque a forma como a Igreja teria que saber lidar com essa questão, com o devido cuidado que ela exigia. Um possível cisma liderado pelos progressistas poderia ocorrer ou, também, um processo de sectarização via ordens religiosas mais progressistas ou não. Mesmo assim, identificamos que a Igreja Católica popular caracterizada como: da comunidade, dos pobres, em sua base permaneceu ainda militante.

Podemos citar como exemplo o SPM, ligado à linha 6 da CNBB, que surgiu 1984 e não deixou de mostrar as injustiças, os abusos cometidos contra os migrantes.

Fazendo um rápido balanço, houve avanço na atuação chamada Igreja Progressista nas décadas de 1960-1970-1980. Quanto à década de 1990, apresentaremos algumas perspectivas que indicam o refluxo desse trabalho, uma vez que o estudo dessa década exigiria um aprofundamento maior.

A década de 1990 foi o momento propício para rever-se posturas políticas e ideológicas, tanto da Igreja quanto da sociedade e do Estado. Esse momento foi aproveitado para pensar nos problemas colocados pelo avanço do capitalismo, na sua fase neoliberal e pela globalização econômica do momento, que geraram também uma crise de alternativas políticas, e conseqüentemente, uma crise das alternativas apresentadas pela Igreja. Diante dos problemas apontados, setores tanto conservadores quanto

---

fidelidade ao Papa”. *Folha de S. Paulo*, Caderno Brasil, 20/09/95, p. 1-10 e “Eleição na CNBB teve panfletos e boca-de-urna”. *Folha de S. Paulo*, 22/05/95, Caderno Brasil, p.1-9.

<sup>32</sup> Diretório Litúrgico, 1996.

<sup>33</sup> O artigo completo encontra-se na *Folha de S. Paulo*, Caderno de Política, de 20.1.89. sob o título “Conblin prevê domínio ‘Conservador da CNBB’ no máximo em dez anos”, p.A-2.

<sup>34</sup> Op. cit., nota n.107.

progressistas estavam à procura de caminhos, mesmo que fossem caminhos dados pela sublimação dos problemas, alternativas que, aparentemente os setores conservadores via Renovação Carismática<sup>35</sup> apresentaram. Outros caminhos foram apontados. Analisando o trabalho do SPM, identificamos algumas respostas, principalmente após o período da Constituinte, que Mendes situa como sendo “... o ponto de partida para a ação pastoral que fugiu de vez aos cálculos da pequena eficácia ou da domesticação da esperança”<sup>36</sup>.

Os avanços obtidos pela sociedade brasileira a partir da Constituição de 1988 fortaleceram de certa forma os movimentos sociais, em especial a atuação da Igreja, por meio da linha 6 da CNBB, que trata especificamente das questões sociais na relação Igreja e política do Brasil.

### **Conclusões**

Nosso estudo com base no papel desempenhado pelas CEBs relatou que o SPM não nasceu de um conflito teológico, mas sim de uma necessidade teológica, no sentido de exigência de um trabalho social e político direcionado ao migrante, que, assim, contribuiu para o surgimento do SPM na Igreja Católica ligado a Linha 6 da CNBB que está voltada a ação da Igreja no mundo.

Com a fundação oficial do SPM em 1986, por meio de uma análise de todas as suas assembleias, percebemos a presença do CPT dentre os demais órgãos envolvidos com a pastoral social. Também podemos observar que uma das principais bandeiras da CPT, sempre fez parte das lutas e diretrizes das assembleias, ou seja, a luta pela Reforma Agrária, a luta pela fixação do homem no campo.

Desta forma, neste momento, o caminhar do bom samaritano foi a identificação privilegiada do campo de ação do SPM. O encontro do homem ferido na estrada seria o encontro com o migrante ferido nos alojamentos, nas pensões e na exploração do dia a dia. A ajuda seria a concretização de uma ideia, ou seja, o agir junto a esses migrantes através do trabalho pastoral. A concepção de solidariedade daria a base necessária para o pleno desenvolvimento desse trabalho. Ou seja, o acolher, o recolher o migrante como irmão seria o principal mérito desse trabalho.

É importante observar que a diferenciação SPM/CPT foi dada pela luta, em primeiro lugar, pelo resgate do homem enquanto um ser de direito, de dignidade.

---

<sup>35</sup> Para iniciar no conhecimento do que seja a chamada Renovação Carismática Católica (RCC), ver artigo de Dermi Azevedo, “Movimentos religiosos fazem cruzada conservadora para 'recuperar' a Igreja”. *Folha de S. Paulo*, Caderno de Política, 20/05/88, p. 4; ver também Machado, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e Pentecostais. Adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas: Autores Associados; São Paulo, ANPOCS, 1996.

<sup>36</sup> *Folha de S. Paulo*, Caderno de Política, 26.8.88, op. cit., nota n. 121. MENDES, CÂNDIDO. p. A-3.

O SPM parte de problemas relativos à terra, mas recoloca a questão sob um novo prisma, desloca-o da referência principal terra, para o ser migrante, fazendo com que o homem, neste momento reassuma o ponto central de todas as bandeiras empunhadas pelo SPM. E perguntamos qual o homem que o SPM trabalha? O homem migrante que sofre injustiças, opressão, decorrentes de sua situação de migrante. O resgate, portanto, para o SPM virá de uma visão que toma por base o Novo Testamento, onde Jesus primeiramente procurou resgatar a dignidade do ser humano.

Concluindo, o SPM contribui para que o migrante institua os termos de sua experiência social em construção. Uma experiência de busca da cidadania, de cidadãos de fato, diante de uma sociedade que mascara, que divide, “globalizada”, sim, porém muito mais injusta. O apontar de uma luz no fim do túnel, a esperança de um novo porvir, a busca do Reino da Justiça, do Reino de Deus, a partir deste mundo, com dignidade, respeito, onde o homem migrante tenha valor, levam o migrante e o SPM a continuarem caminhando.

### **Referências**

- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed. Trad. de Clóvis Marques. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- AZEVEDO, D. Movimentos religiosos fazem cruzada conservadora para “recuperar” a Igreja. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 maio 1988, Política, p. A-4.
- AZEVEDO, D. Igreja já traça limites das novas dioceses paulistanas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 set. 1988, Política, p. A-8.
- AZEVEDO, D. Comblin prevê domínio “conservador” da CNBB no máximo em dez anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jan. 1989, Política, p. A-2.
- AZEVEDO, D. Assembleia da CNBB define as “exigências éticas” da democracia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 abr. 1989, Política, p. A-10.
- AZEVEDO, D. CEBs indefinidas entre autonomia e institucionalização. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 mai. 1996, p. 6.
- BARROCO, M. L. S. *Não passarão!* Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serv. soc.*, n. 124, p. 623-636, 2015.
- BOFF, L. *Igreja: carisma e poder*. Ensaios de eclesiologia militante. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982. (Teologia, 21).
- BOFF, L. *Como trabalhar com o povo*. Metodologia do trabalho popular. 2. ed. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1984. (Como fazer, v.5).

- BOFF, L. *Eclesiogênese: as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- BOSCHI, R. R. *A arte da associação – Política de base e democracia no Brasil*. Trad. de Maria Alice da Silva Ramos. São Paulo/Rio de Janeiro. Ed. Revista dos Tribunais/UPERJ. 1987. (Grande Brasil Veredas, v.4).
- CASTRO, M. de. *A igreja e o autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- CEDRAN, P. C. *SPM – Igreja e migração a atuação do SPM na cidade de Dobrada (1984-1994)*. 1998. 317f. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1998.
- CNBB. *Pastoral da Música Litúrgica no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977. (Documentos do CNBB, n.7).
- CNBB. Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1983-1986. Edições Paulinas, São Paulo, 1983. (Documentos da CNBB, n.28).
- CNBB. *Por uma nova ordem constitucional - declaração pastoral-CNBB, 24a*. Assembleia Geral, de 9 a 18.04.86. Edições Loyola, 1986.
- CNBB. *Por uma nova ordem constitucional*. Edições Paulinas, São Paulo, 1986. (Documentos da CNBB, n.36).
- CNBB. *Migração no Brasil: um desafio à pastoral*. São Paulo: Edições Paulinas, 1987. (Estudos da CNBB, n.54).
- CNBB. *Ouvi o clamor deste povo*. Manual da Campanha da Fraternidade- 1988. Centro de Pastoral Popular. Brasília: Ed. Gráfica Ipiranga Ltda., 1988.
- CNBB. *A Família, Como Vai?* Manual da Campanha da Fraternidade - 1994. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1994.
- DEL PRIORE, M. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1994. (História em Movimento).
- DELLA CAVA, R. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro 1916/1964. In: *Estudos Cebrap* (São Paulo), v.12, abr./maio/jun. de 1975.
- DELLA CAVA, R A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, P., MAINWARING, S. (Org.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM/Cedec, 1986. p.13-45.
- DIÁRIO DE S. PAULO. *João Paulo em defesa do homem*. 16.03.79.
- D'INCAO, M. C.; ROY, G. *Nós, cidadãos - aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DIOCESE DE JABOTICABAL. *Evolução histórica do surgimento das CEB's*. Documento elaborado para o Encontro Diocesano de CEBs - 30.11.86. Mímeo.

- DIOCESE DE LINS. COORDENAÇÃO DE CATEQUESE. *Encontro de Catequese nas comunidades* - preparação para a crisma - Aluno 4 - 3.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- DIOCESE DE SANTARÉM. Equipe de Catequese Rural. *Terra: ferramenta da vida*. Leitura da questão agrária a partir da Bíblia, 1987. São Paulo: Edições Paulinas. (Cadernos de Base, v.25).
- EDIÇÕES PAULINAS. *Folheto "O DOMINGO"*, ano LV, Remessa I, n.1, São Paulo: Paulinas, 01.01.1987.
- EMMERICK, R. As relações igreja/estado no direito constitucional brasileiro. Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, n. 5, p. 144-172, 2010.
- FERNANDES, F. *Nova república?* 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. (Brasil - os anos de autoritarismo: análise, balanço, perspectivas).
- FERNANDES, F. *Pensamento e ação*. O PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FERNANDES, F. *O PT em movimento*—contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez Editores/Autores Associados, 1991.
- FOLHA DE S. PAULO. Caderno Folha Nordeste. *Região deverá produzir 7% mais que em 92*. São Paulo, 2 maio 1993, p.t 0-4.
- FOLHA DE S. PAULO. Caderno Mais. *Que partido é esse?* São Paulo, 29 ago. 1993, p.6-4 a 6-9.
- FOLHA DE S. PAULO. Caderno Brasil. *Dez anos depois*. São Paulo, 24 abr. 1994, p.1-1.
- FOLHA DE S. PAULO. Caderno SP Nordeste. *Vendas de máquinas agrícolas crescem 30%*. São Paulo, 15 set. 1994, p.7-2.
- FOLHA DE S. PAULO. Caderno Folha Nordeste. *Feira sucoalcooleira movimenta R\$100mi*. São Paulo, 20 set. 1994, p.7-4.
- FOLHA DE S. PAULO. Caderno Brasil. *Do macacão à gravata*. São Paulo, 5 fev. 1995, p.1-16 a 1-18.
- FOLHA DE S. PAULO. Caderno Brasil. *Eleição na CNBB teve panfletos e boca de urna*. São Paulo, 22 maio 1995, p.1-9.
- FOLHA DE S. PAULO. Caderno Mais. *Que fim levou a dependência*. São Paulo, 28 maio 1995, p.5-4 a 5-7.
- FOLHA DE S. PAULO. Caderno Brasil. *D. Lucas reafirma sua fidelidade ao Papa*. São Paulo, 20 set. 1995, p.1-1 O.
- GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. O sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- IGREJA NO BRASIL. *Directorio Litúrgico*. CNBB. Ano A, Mateus, São Paulo: Edições

Loyola, 1996.

- KRISCHKE, P. J. Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base. In: WARREN, I. S., KRISCHKE, P. J. (Org.) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p.277-297.
- KOSHIBA, L.; PEREIRA, D. M. F. *História do Brasil*. 5.ed. São Paulo: Editora Cultural, 1987.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.
- LEVY, C. Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o fórum social mundial. *Religião & Sociedade*, v. 29, n. 2, p. 177-197, 2009.
- MARX, K. *A questão judaica*. 2.ed. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991. (Sociologia e Política).
- MENDES, C. Igreja, ordem e esperança na constituinte. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mar. 1988. Política, p.A-3.
- MOLICA, F. Bispos fazem divisão do poder na C.N.B.B. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 maio 1996. Brasil, p.1-11.
- NASCIMENTO, G. Seminário vai abrigar estudantes de institutos fechados pelo Vaticano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jan. 1990. Política, p. A-6.
- NASCIMENTO, G. Padres de Recife protestam contra Arcebispo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 abr. 1990. Política, p. A-4.
- NASCIMENTO, G. "Nomeação conservadora" muda perfil do episcopado brasileiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1990. Política, p.A-3.
- NASCIMENTO, G., MOLICA, F. Boff decidiu abandonar o sacerdócio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 jun. 1992, p.1-14.
- O ESTADO DE S. PAULO. *Igreja pede a fiéis apoio para emenda*. 10 jun. 1987. 1º Caderno, p.4.
- O ESTADO DE S. PAULO. *Carta Vaticana impede reativação de escola*. 12 jan. 1990. Editoria de Meio Ambiente, p.12.
- O ESTADO DE S. PAULO. *Mecanização reduz emprego na área de cana*. 26 out. 1994. Suplemento Agrícola. Caderno G, p.6-8.
- O ESTADO DE S. PAULO. *D. Lucas dará prioridade à evangelização*. 11 maio 1995. 1º Caderno, p.A-15.
- O ESTADO DE S. PAULO. *D. Lucas é eleito presidente da CNBB*. 16 maio 1995. 1º Caderno A, p.A-5.
- O ESTADO DE S. PAULO. *O diálogo secreto de bispos e generais nos anos da repressão*. 3 mar. 1996. Caderno Extra, p.X1-4.
- O SÃO PAULO. *Dom Paulo - 20 anos de esperança do povo*. Suplemento de outubro de

1990.

PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE PAULA. Dobrada/Santa Ernestina. *Pasta de cantos. Cantos para Domingos de Ramos e Quinta-Feira Santa*, 1993. Mimeo.

ROMANO, R. Brasil: Igreja contra Estado (crítica ao populismo católico). São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979. (Prismas, v.1).

SANTOS. W. G. dos. Movimento provocou mudanças. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 abr. 1994. Mais, p.6-7.